

COM BASE NO ÚLTIMO EDITAL



IBGE

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA AGRO

RECENSEADOR



- ▶ Língua Portuguesa
- ▶ Ética no Serviço Público
- ▶ Matemática
- ▶ Conhecimentos Técnicos

BÔNUS
CURSO ON-LINE

- PORTUGUÊS
- INFORMÁTICA

AVISO IMPORTANTE: **Este é um Material de Demonstração**

Este arquivo representa uma prévia exclusiva da apostila.

Aqui, você poderá conferir algumas páginas selecionadas para conhecer de perto a qualidade, o formato e a proposta pedagógica do nosso conteúdo. Lembramos que este não é o material completo.

POR QUE INVESTIR NA APOSTILA COMPLETA?



- × Conteúdo totalmente alinhado ao edital.
- × Teoria clara, objetiva e sempre atualizada.
- × Dicas práticas, quadros de resumo e linguagem descomplicada.
- × Questões gabaritadas
- × Bônus especiais que otimizam seus estudos.

Aproveite a oportunidade de intensificar sua preparação com um material completo e focado na sua aprovação:
Acesse agora: www.apostilasopcao.com.br

Disponível nas versões impressa e digital, com envio imediato!

Estudar com o material certo faz toda a diferença na sua jornada até a APROVAÇÃO.





IBGE

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA

RECESEADOR

COM BASE NO ÚLTIMO EDITAL

CÓD: OP-091AB-26
7908403591831

ÍNDICE

Língua Portuguesa

1. Compreensão e interpretação de textos de gêneros variados	7
2. Reconhecimento de tipos e gêneros textuais	10
3. Domínio da ortografia oficial	14
4. Domínio dos mecanismos de coesão textual.....	17
5. Emprego de elementos de referência, substituição e repetição, de conectores e de outros elementos de sequenciação textual.....	18
6. Emprego de tempos e modos verbais	22
7. Emprego das classes de palavras	24
8. Domínio da estrutura morfosintática do período; Relações de coordenação entre orações e entre termos da oração; Relações de subordinação entre orações e entre termos da oração; Reorganização da estrutura de orações e de períodos do texto.....	32
9. Emprego dos sinais de pontuação	37
10. Concordância verbal e nominal	38
11. Regência verbal e nominal.....	40
12. Emprego do sinal indicativo de crase.....	41
13. Colocação dos pronomes átonos	42
14. Reescrita de frases e parágrafos do texto; Reescrita de textos de diferentes gêneros e níveis de formalidade.....	43
15. Significação das palavras.....	44
16. Substituição de palavras ou de trechos de texto	47

Ética no Serviço Público

1. Código de Ética do IBGE (disponível para download nos endereços eletrônicos https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv98031.pdf e https://conhecimento.fgv.br/concursos/ibgeps21	53
2. Lei nº 8.112/1990 e suas alterações (art. 116, incisos I a IV, inciso V, alíneas a e c, incisos VI a XII e parágrafo único; art. 117, incisos I a VI e IX a XIX; art. 118 a art. 126; art. 127, incisos I a III; art. 132, incisos I a VII, e IX a XIII; art. 136 a art. 141; art. 142, incisos I, primeira parte, II e III, e §1º a §4º)	55

Matemática

1. Números reais. Operações e problemas	61
2. Porcentagens. Problemas que envolvem cálculo de percentuais	69
3. Função do 1º grau. Representações algébrica e gráfica.....	71
4. Grandezas diretamente proporcionais e grandezas inversamente proporcionais.....	74
5. Resolução de equações do 2º grau	75
6. Unidades de medida (de comprimento, volume, capacidade, tempo, massa, temperatura e área) e resolução de problemas envolvendo grandezas (comprimento, volume, capacidade, tempo, massa, temperatura e área)	77
7. Problemas envolvendo o cálculo de área e perímetro de figuras planas e volume.....	81
8. Leitura de mapas e plantas baixas. Localização e movimentação utilizando mapas e plantas baixas.....	85
9. Leitura e interpretação de tabelas e gráficos.....	88

Conhecimentos Técnicos

1. Conhecimentos técnicos aplicados no Censo Demográfico 2021	97
---	----

LÍNGUA PORTUGUESA

COMPREENSÃO E INTERPRETAÇÃO DE TEXTOS DE GÊNEROS VARIADOS

A compreensão e a interpretação de textos são habilidades essenciais para que a comunicação alcance seu objetivo de forma eficaz. Em diversos contextos, como na leitura de livros, artigos, propagandas ou imagens, é necessário que o leitor seja capaz de entender o conteúdo proposto e, além disso, atribuir significados mais amplos ao que foi lido ou visto.

Para isso, é importante distinguir os conceitos de compreensão e interpretação, bem como reconhecer que um texto pode ser verbal (composto por palavras) ou não-verbal (constituído por imagens, símbolos ou outros elementos visuais).

Compreender um texto implica decodificar sua mensagem explícita, ou seja, captar o que está diretamente apresentado. Já a interpretação vai além da compreensão, exigindo que o leitor utilize seu repertório pessoal e conhecimentos prévios para gerar um sentido mais profundo do texto. Dessa forma, dominar esses dois processos é essencial não apenas para a leitura cotidiana, mas também para o desempenho em provas e concursos, onde a análise de textos e imagens é frequentemente exigida.

Essa distinção entre compreensão e interpretação é crucial, pois permite ao leitor ir além do que está explícito, alcançando uma leitura mais crítica e reflexiva.

CONCEITO DE COMPREENSÃO

A compreensão de um texto é o ponto de partida para qualquer análise textual. Ela representa o processo de decodificação da mensagem explícita, ou seja, a habilidade de extrair informações diretamente do conteúdo apresentado pelo autor, sem a necessidade de agregar inferências ou significados subjetivos. Quando compreendemos um texto, estamos simplesmente absorvendo o que está dito de maneira clara, reconhecendo os elementos essenciais da comunicação, como o tema, os fatos e os argumentos centrais.

► A Compreensão em Textos Verbais

Nos textos verbais, que utilizam a linguagem escrita ou falada como principal meio de comunicação, a compreensão passa pela habilidade de ler com atenção e reconhecer as estruturas linguísticas. Isso inclui:

- **Vocabulário**: O entendimento das palavras usadas no texto é fundamental. Palavras desconhecidas podem comprometer a compreensão, tornando necessário o uso de dicionários ou ferramentas de pesquisa para esclarecer o significado.
- **Sintaxe**: A maneira como as palavras estão organizadas em frases e parágrafos também influencia o processo de compreensão. Sentenças complexas, inversões sintáticas ou o

- uso de conectores como conjunções e preposições requerem atenção redobrada para garantir que o leitor compreenda as relações entre as ideias.

- **Coesão e coerência**: são dois pilares essenciais da compreensão. Um texto coeso é aquele cujas ideias estão bem conectadas, e a coerência se refere à lógica interna do texto, onde as ideias se articulam de maneira fluida e compreensível.

Ao realizar a leitura de um texto verbal, a compreensão exige a decodificação de todas essas estruturas. É a partir dessa leitura atenta e detalhada que o leitor poderá garantir que absorveu o conteúdo proposto pelo autor de forma plena.

► A Compreensão em Textos Não-Verbais

Além dos textos verbais, a compreensão se estende aos textos não-verbais, que utilizam símbolos, imagens, gráficos ou outras representações visuais para transmitir uma mensagem. Exemplos de textos não-verbais incluem obras de arte, fotografias, infográficos e até gestos em uma linguagem de sinais.

A compreensão desses textos exige uma leitura visual aguçada, na qual o observador decodifica os elementos presentes, como:

- **Cores**: As cores desempenham um papel comunicativo importante em muitos contextos, evocando emoções ou sugerindo informações adicionais. Por exemplo, em um gráfico, cores diferentes podem representar categorias distintas de dados.
- **Formas e símbolos**: Cada forma ou símbolo em um texto visual pode carregar um significado próprio, como sinais de trânsito ou logotipos de marcas. A correta interpretação desses elementos depende do conhecimento prévio do leitor sobre seu uso.
- **Gestos e expressões**: Em um contexto de comunicação corporal, como na linguagem de sinais ou em uma apresentação oral acompanhada de gestos, a compreensão se dá ao identificar e entender as nuances de cada movimento.

► Fatores que Influenciam a Compreensão

A compreensão, seja de textos verbais ou não-verbais, pode ser afetada por diversos fatores, entre eles:

- **Conhecimento prévio**: Quanto mais familiarizado o leitor estiver com o tema abordado, maior será sua capacidade de compreender o texto. Por exemplo, um leitor que já conhece o contexto histórico de um fato poderá compreender melhor uma notícia sobre ele.
- **Contexto**: O ambiente ou a situação em que o texto é apresentado também influencia a compreensão. Um texto jornalístico, por exemplo, traz uma mensagem diferente dependendo de seu contexto histórico ou social.

AMOSTRA

▪ **Objetivos da leitura:** O propósito com o qual o leitor aborda o texto impacta a profundidade da compreensão. Se a leitura for para estudo, o leitor provavelmente será mais minucioso do que em uma leitura por lazer.

► **Compreensão como Base para a Interpretação**

A compreensão é o primeiro passo no processo de leitura e análise de qualquer texto. Sem uma compreensão clara e objetiva, não é possível seguir para uma etapa mais profunda, que envolve a interpretação e a formulação de inferências. Somente após a decodificação do que está explicitamente presente no texto, o leitor poderá avançar para uma análise mais subjetiva e crítica, onde ele começará a trazer suas próprias ideias e reflexões sobre o que foi lido.

Em síntese, a compreensão textual é um processo que envolve a decodificação de elementos verbais e não-verbais, permitindo ao leitor captar a mensagem essencial do conteúdo. Ela exige atenção, familiaridade com as estruturas linguísticas ou visuais e, muitas vezes, o uso de recursos complementares, como dicionários. Ao dominar a compreensão, o leitor cria uma base sólida para interpretar textos de maneira mais profunda e crítica.

► **Textos Verbais e Não-Verbais**

Na comunicação, os textos podem ser classificados em duas categorias principais: verbais e não-verbais. Cada tipo de texto utiliza diferentes recursos e linguagens para transmitir suas mensagens, sendo fundamental que o leitor ou observador saiba identificar e interpretar corretamente as especificidades de cada um.

Textos Verbais:

Os textos verbais são aqueles constituídos pela linguagem escrita ou falada, onde as palavras são o principal meio de comunicação. Eles estão presentes em inúmeros formatos, como livros, artigos, notícias, discursos, entre outros. A linguagem verbal se apoia em uma estrutura gramatical, com regras que organizam as palavras e frases para transmitir a mensagem de forma coesa e compreensível.

Características dos Textos Verbais:

- **Estrutura Sintática:** As frases seguem uma ordem gramatical que facilita a decodificação da mensagem.
- **Uso de Palavras:** As palavras são escolhidas com base em seu significado e função dentro do texto, permitindo ao leitor captar as ideias expressas.
- **Coesão e Coerência:** A conexão entre frases, parágrafos e ideias deve ser clara, para que o leitor compreenda a linha de raciocínio do autor.

Exemplos de textos verbais incluem:

- **Livros e artigos:** Onde há um desenvolvimento contínuo de ideias, apoiado em argumentos e explicações detalhadas.
- **Diálogos e conversas:** Que utilizam a oralidade para interações mais diretas e dinâmicas.
- **Panfletos e propagandas:** Usam a linguagem verbal de forma concisa e direta para transmitir uma mensagem específica.

A compreensão de um texto verbal envolve a decodificação de palavras e a análise de como elas se conectam para construir significado. É essencial que o leitor identifique o tema, os argumentos centrais e as intenções do autor, além de perceber possíveis figuras de linguagem ou ambiguidades.

Textos Não-Verbais:

Os textos não-verbais utilizam elementos visuais para se comunicar, como imagens, símbolos, gestos, cores e formas. Embora não usem palavras diretamente, esses textos transmitem mensagens completas e são amplamente utilizados em contextos visuais, como artes visuais, placas de sinalização, fotografias, entre outros.

Características dos Textos Não-Verbais:

- **Imagens e símbolos:** Carregam significados culturais e contextuais que devem ser reconhecidos pelo observador.
- **Cores e formas:** Podem ser usadas para evocar emoções ou destacar informações específicas. Por exemplo, a cor vermelha em muitos contextos pode representar perigo ou atenção.
- **Gestos e expressões:** Na comunicação corporal, como na linguagem de sinais ou na expressão facial, o corpo desempenha o papel de transmitir a mensagem.

Exemplos de textos não-verbais incluem:

- **Obras de arte:** Como pinturas ou esculturas, que comunicam ideias, emoções ou narrativas através de elementos visuais.
- **Sinais de trânsito:** Que utilizam formas e cores para orientar os motoristas, dispensando a necessidade de palavras.
- **Infográficos:** Combinações de gráficos e imagens que transmitem informações complexas de forma visualmente acessível.

A interpretação de textos não-verbais exige uma análise diferente da dos textos verbais. É necessário entender os códigos visuais que compõem a mensagem, como as cores, a composição das imagens e os elementos simbólicos utilizados. Além disso, o contexto cultural é crucial, pois muitos símbolos ou gestos podem ter significados diferentes dependendo da região ou da sociedade em que são usados.

► **Relação entre Textos Verbais e Não-Verbais**

Embora sejam diferentes em sua forma, textos verbais e não-verbais frequentemente se complementam. Um exemplo comum são as propagandas publicitárias, que utilizam tanto textos escritos quanto imagens para reforçar a mensagem. Nos livros ilustrados, as imagens acompanham o texto verbal, ajudando a criar um sentido mais completo da história ou da informação.

Essa integração de elementos verbais e não-verbais é amplamente utilizada para aumentar a eficácia da comunicação, tornando a mensagem mais atraente e de fácil entendimento. Nos textos multimodais, como nos sites e nas redes sociais, essa combinação é ainda mais evidente, visto que o público interage simultaneamente com palavras, imagens e vídeos, criando uma experiência comunicativa rica e diversificada.

ÉTICA NO SERVIÇO PÚBLICO

CÓDIGO DE ÉTICA DO IBGE (DISPONÍVEL PARA DOWNLOAD NOS ENDEREÇOS ELETRÔNICOS [HTTPS://BIBLIOTECA.IBGE.GOV.BR/VISUALIZACAO/LIVROS/LIV98031](https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv98031). PDF E [HTTPS://CONHECIMENTO.FGV.BR/CONCURSOS/IBGE PSS21](https://conhecimento.fgv.br/concursos/ibgepss21)

CÓDIGO DE ÉTICA PROFISSIONAL DO SERVIDOR PÚBLICO DO IBGE

CAPÍTULO I

SEÇÃO I DAS REGRAS DEONTOLÓGICAS

I - A dignidade, o decoro, o zelo, a eficácia, a eficiência e a consciência dos princípios morais são primados maiores que devem nortear o servidor público do IBGE, seja no exercício do cargo ou função, ou fora dele, já que refletirá o exercício da vocação do próprio poder estatal. Seus atos, comportamentos e atitudes serão direcionados para a preservação da honra e da tradição do serviço público, como um todo, e, em especial, das pesquisas estatísticas e geocientíficas oficiais, cujas fontes de dados escolhidas devem contemplar a qualidade, a oportunidade, os custos e o ônus para os cidadãos.

II - O servidor público não poderá jamais desprezar o elemento ético de sua conduta. Assim, não terá que decidir somente entre o legal e o ilegal, o justo e o injusto, o conveniente e o inconveniente, o oportuno e o inoportuno, mas principalmente entre o honesto e o desonesto, consoante as regras contidas no art. 37, caput, e § 4º, da Constituição Federal. Por se integrar à condição de servidor do IBGE, o elemento ético da conduta abrange, além dos primados maiores, a adoção dos melhores princípios, métodos e práticas, de acordo com considerações estritamente profissionais, incluídos os princípios técnicos, científicos e a ética profissional.

III - A moralidade da Administração Pública não se limita à distinção entre o bem e o mal, devendo ser acrescida da ideia de que o fim é sempre o bem comum. O equilíbrio entre a legalidade e a finalidade, na conduta do servidor público, é que poderá consolidar a moralidade do ato administrativo. Para melhor exercício de sua função pública no IBGE, o servidor deve ter consciência da relevância das informações estatísticas e geocientíficas, a fim de atender ao direito à informação pública de modo imparcial e com igualdade de acesso. É imprescindível que o servidor do IBGE zele pela qualidade dos processos de produção das informações oficiais, adotando critérios de boas práticas tanto nas atividades finalísticas quanto nas atividades de apoio.

IV- A remuneração do servidor público é custeada pelos tributos pagos direta ou indiretamente por todos, até por ele próprio, e por isso se exige, como contrapartida, que a moralidade administrativa se integre no Direito, como elemento indissociável de sua aplicação e de sua finalidade, erigindo-se, como consequência, em fator de legalidade.

V - O trabalho desenvolvido pelo servidor público perante a comunidade deve ser entendido como acréscimo ao seu próprio bem-estar, já que, como cidadão, integrante da sociedade, o êxito desse trabalho pode ser considerado como seu maior patrimônio.

VI - A função pública deve ser tida como exercício profissional e, portanto, se integra na vida particular de cada servidor público. Assim, os fatos e atos verificados na conduta do dia-a-dia em sua vida privada poderão crescer ou diminuir o seu bom conceito na vida funcional.

VII - Salvo os casos de segurança nacional, investigações policiais ou interesse superior do Estado e da Administração Pública, a serem preservados em processo previamente declarado sigiloso, nos termos da lei, a publicidade de qualquer ato administrativo constitui requisito de eficácia e moralidade, ensejando sua omissão comprometimento ético contra o bem comum, imputável a quem a negar. Entretanto, os dados individuais de pessoas físicas ou jurídicas coletados pelo IBGE são estritamente confidenciais e exclusivamente utilizados para fins estatísticos. Ademais, leis, regulamentos e medidas que regem a operação dos sistemas estatístico e cartográfico no Instituto devem ser de conhecimento público.

VIII - Toda pessoa tem direito à verdade. O servidor não pode omitir-la ou falseá-la, ainda que contrária aos interesses da própria pessoa interessada ou da Administração Pública. Nenhum Estado pode crescer ou estabilizar-se sobre o poder corruptivo do hábito do erro, da opressão ou da mentira, que sempre aniquilam até mesmo a dignidade humana quanto mais a de uma Nação.

IX - A cortesia, a boa vontade, o cuidado e o tempo dedicados ao serviço público caracterizam o esforço pela disciplina. Tratar mal uma pessoa que paga seus tributos direta ou indiretamente significa causar-lhe dano moral. Da mesma forma, causar dano a qualquer bem pertencente ao patrimônio público, deteriorando-o, por descuido ou má vontade, não constitui apenas uma ofensa ao equipamento e às instalações ou ao Estado, mas a todos os homens de boa vontade que dedicaram sua inteligência, seu tempo, suas esperanças e seus esforços para construí-los.

X - Deixar o servidor público qualquer pessoa à espera de solução que compete ao setor em que exerça suas funções, permitindo a formação de longas filas, ou qualquer outra espécie de atraso na prestação do serviço, não caracteriza apenas atitude contra a ética ou ato de desumanidade, mas principalmente grave dano moral aos usuários dos serviços públicos.

AMOSTRA

XI - O servidor deve prestar toda a sua atenção às ordens legais de seus superiores, velando atentamente por seu cumprimento, e, assim, evitando a conduta negligente. Os repetidos erros, o descaso e o acúmulo de desvios tornam-se, às vezes, difíceis de corrigir e caracterizam até mesmo imprudência no desempenho da função pública.

XII - Toda ausência injustificada do servidor de seu local de trabalho é fator de desmoralização do serviço público, o que quase sempre conduz à desordem nas relações humanas.

XIII - O servidor que trabalha em harmonia com a estrutura organizacional, respeitando seus colegas e cada concidadão, colabora e de todos pode receber colaboração, pois sua atividade pública é a grande oportunidade para o crescimento e o engrandecimento da Nação. O caráter colaborativo e participativo deve estar presente nas atividades estatísticas e cartográficas, privilegiando-se, assim, um contato estreito e harmonioso entre ambas as atividades – contato essencial para melhorar a qualidade, comparabilidade e coerência dos dados produzidos. Esse espírito colaborativo e participativo deve estender-se à coordenação dos sistemas estatísticos e cartográficos nacionais de responsabilidade do IBGE. Portanto, compete ao Instituto propor, discutir e estabelecer, em conjunto com as demais instituições nacionais, diretrizes, planos e programas para a produção estatística e cartográfica – processo que deve irradiar-se à

esfera internacional, especialmente na cooperação bilateral e multilateral, a fim de melhorar as informações estatísticas e geocientíficas oficiais em todos os países, por meio da utilização de conceitos, classificações e métodos que promovam a coerência e a eficiência entre os diversos sistemas estatísticos e cartográficos.

SEÇÃO II DOS PRINCIPAIS DEVERES DO SERVIDOR PÚBLICO DO IBGE

XIV - São deveres fundamentais do servidor do IBGE:

- a) desempenhar, a tempo, as atribuições do cargo, função ou emprego público de que seja titular;
- b) exercer suas atribuições com rapidez, perfeição e rendimento, pondo fim ou procurando prioritariamente resolver situações procrastinatórias, principalmente diante de filas ou de qualquer outra espécie de atraso na prestação dos serviços pelo setor em que exerça suas atribuições, com o fim de evitar dano moral ao usuário;
- c) ser probo, reto, leal e justo, demonstrando toda a integridade do seu caráter, escolhendo sempre, quando estiver diante de duas opções, a melhor e a mais vantajosa para o bem comum;
- d) jamais retardar qualquer prestação de contas, condição essencial da gestão dos bens, direitos e serviços da coletividade a seu cargo;
- e) tratar cuidadosamente os usuários dos serviços aperfeiçoando o processo de comunicação e contato com o público;
- f) ter consciência de que seu trabalho é regido por princípios éticos que se materializam na adequada prestação dos serviços públicos;

g) ser cortês, ter urbanidade, disponibilidade e atenção, respeitando a capacidade e as limitações individuais de todos os usuários do serviço público, sem qualquer espécie de preconceito ou distinção de raça, sexo, nacionalidade, cor, idade, religião, cunho político e posição social, abstendo-se, dessa forma, de causar-lhes dano moral;

h) ter respeito à hierarquia, porém sem nenhum temor de representar contra qualquer comprometimento indevido da estrutura em que se funda o Poder Estatal;

i) resistir a todas as pressões de superiores hierárquicos, de contratantes, interessados e outros que visem obter quaisquer favores, benesses ou vantagens indevidas em decorrência de ações imorais, ilegais ou aéticas e denunciá-las;

j) zelar, no exercício do direito de greve, pelas exigências específicas da defesa da vida e da segurança coletiva;

l) ser assíduo e frequente ao serviço, na certeza de que sua ausência provoca danos ao trabalho ordenado, refletindo negativamente em todo o sistema;

m) comunicar imediatamente a seus superiores todo e qualquer ato ou fato contrário ao interesse público, exigindo as providências cabíveis;

n) manter limpo e em perfeita ordem o local de trabalho, seguindo os métodos mais adequados à sua organização e distribuição;

o) participar dos movimentos e estudos que se relacionem com a melhoria do exercício de suas funções, tendo por escopo a realização do bem comum;

p) apresentar-se ao trabalho com vestimentas adequadas ao exercício da função;

q) manter-se atualizado com as instruções, as normas de serviço e a legislação pertinentes ao órgão onde exerce suas funções;

r) cumprir, de acordo com as normas do serviço e as instruções superiores, as tarefas de seu cargo ou função, tanto quanto possível, com critério, segurança e rapidez, mantendo tudo sempre em boa ordem;

s) facilitar a fiscalização de todos atos ou serviços por quem de direito;

t) exercer com estrita moderação as prerrogativas funcionais que lhe sejam atribuídas, abstendo-se de fazê-lo contrariamente aos legítimos interesses dos usuários do serviço público e dos jurisdicionados administrativos;

u) abster-se, de forma absoluta, de exercer sua função, poder ou autoridade com finalidade estranha ao interesse público, mesmo que observando as formalidades legais e não cometendo qualquer violação expressa à lei;

v) apresentar, nas análises estatísticas e geográficas, informações que estejam de acordo com as normas científicas sobre fontes, métodos e procedimentos, bem como comentar as interpretações errôneas e o uso indevido de informações estatísticas e geocientíficas;

x) zelar pela qualidade dos processos de produção das informações estatísticas e geocientíficas oficiais, adotando critérios de boas práticas tanto nas atividades finalísticas quanto nas atividades de apoio;

MATEMÁTICA

NÚMEROS REAIS. OPERAÇÕES E PROBLEMAS

CONJUNTO DOS NÚMEROS NATURAIS (N)

Os números naturais são utilizados para contar e ordenar elementos. Começando do zero e somando uma unidade sucessivamente, formamos um conjunto infinito:

$$\mathbb{N} = \{0, 1, 2, 3, 4, 5, 6, \dots\}$$

Em algumas situações, exclui-se o zero do conjunto dos naturais. Esse subconjunto é representado por:

$$\mathbb{N}^* = \{1, 2, 3, 4, 5, 6, \dots\}$$

Esse conjunto é fundamental e está presente em diversas situações do cotidiano, como contar objetos, identificar posições e registrar quantidades.

► Sucessor de um Número Natural

Todo número natural possui um sucessor, ou seja, um número que vem imediatamente depois dele na contagem.

- O sucessor de 0 é 1.
- O sucessor de 19 é 20.
- O sucessor de 1000 é 1001.

► Antecessor de um Número Natural

Todo número natural, exceto o zero, possui um antecessor, ou seja, um número que vem imediatamente antes dele.

- O antecessor de 2 é 1.
- O antecessor de 10 é 9.
- O antecessor de 56 é 55.

► Operações com Números Naturais

▪ **Adição:** A adição é uma operação fechada no conjunto dos números naturais, ou seja, a soma de dois números naturais é sempre um número natural.

Exemplo: $3 + 4 = 7$ (e 7 também é natural)

▪ **Subtração:** A subtração não é uma operação fechada em \mathbb{N} , pois o resultado pode não pertencer ao conjunto dos naturais, especialmente quando o subtraendo é maior que o minuendo.

Exemplos:

$7 - 2 = 5 \rightarrow$ pertence aos naturais

$2 - 7 = -5 \rightarrow$ Não pertence aos naturais, pois -5 não é natural

▪ **Multiplicação:** A multiplicação também é fechada em \mathbb{N} , ou seja, o produto de dois naturais é sempre um natural.

Exemplo: $4 \times 3 = 12$



AMOSTRA

▪ **Divisão:** A divisão nem sempre resulta em um número natural, então não é fechada em N.

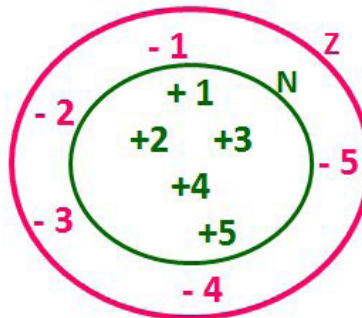
Exemplos:

$6 \div 3 = 2 \rightarrow$ pertence aos naturais

$5 \div 2 = 2,5 \rightarrow$ Não pertence aos naturais, pois 2,5 não é natural

CONJUNTO DOS NÚMEROS INTEIROS (Z)

O conjunto dos números inteiros é a reunião do conjunto dos números naturais $N = \{0, 1, 2, 3, 4, \dots, n, \dots\}$, $(N \subset Z)$; o conjunto dos opostos dos números naturais e o zero. Representamos pela letra Z.



$N \subset Z$ (N está contido em Z)

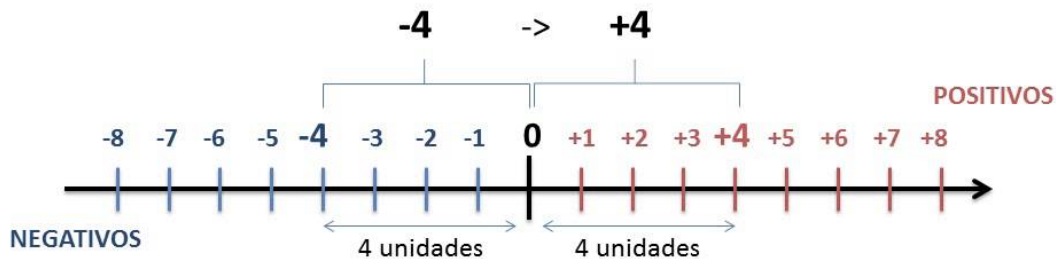
► Subconjuntos

SÍMBOLO	REPRESENTAÇÃO	DESCRIÇÃO
*	Z^*	Conjunto dos números inteiros não nulos
+	Z_+	Conjunto dos números inteiros não negativos
* e +	Z^*_+	Conjunto dos números inteiros positivos
-	Z_-	Conjunto dos números inteiros não positivos
* e -	Z^*_-	Conjunto dos números inteiros negativos

Observamos nos números inteiros algumas características:

▪ **Módulo:** distância ou afastamento desse número até o zero, na reta numérica inteira. Representa-se o módulo por $| \cdot |$. O módulo de qualquer número inteiro, diferente de zero, é sempre positivo.

▪ **Números Opostos:** dois números são opostos quando sua soma é zero. Isto significa que eles estão a mesma distância da origem (zero).



Somando-se temos: $(+4) + (-4) = (-4) + (+4) = 0$

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

CONHECIMENTOS TÉCNICOS APLICADOS NO CENSO DEMOGRÁFICO 2021

IBGE – ESTUDO DOS CONHECIMENTOS TÉCNICOS TR-40

► Fundamentos Institucionais: Ibge E A Produção Do Conhecimento Estatístico

Finalidade do Material (TR-40)

O documento “Estudo dos Conhecimentos Técnicos – TR-40” constitui um instrumento técnico-normativo elaborado pelo IBGE com a finalidade de sistematizar, padronizar e transmitir o conjunto de conhecimentos conceituais e operacionais indispensáveis à participação no Processo Seletivo Simplificado do Censo Demográfico 2022. Sua estrutura está orientada para a consolidação de uma base comum de entendimento entre os candidatos, incorporando definições precisas, critérios metodológicos e diretrizes de execução que refletem a lógica institucional da operação censitária. Nesse sentido, o documento não apenas organiza conteúdos, mas estabelece um referencial técnico alinhado às exigências de qualidade, consistência e uniformidade necessárias à produção de dados estatísticos em escala nacional.

Ao organizar conceitos, procedimentos e rotinas de trabalho, o material atua como mecanismo de uniformização da prática de coleta, reduzindo ambiguidades interpretativas e assegurando consistência na aplicação dos instrumentos de pesquisa. Essa padronização é essencial em uma operação de grande escala, como o Censo, na qual múltiplos agentes atuam simultaneamente em diferentes contextos territoriais. Dessa forma, o TR-40 contribui diretamente para a integridade metodológica da pesquisa, ao garantir que os dados sejam coletados sob os mesmos parâmetros técnicos, independentemente da localidade.

Além disso, o documento exerce função formativa ao introduzir o candidato à lógica operacional do Censo, evidenciando a relação entre o domínio conceitual e a qualidade do resultado estatístico. A correta compreensão dos conteúdos apresentados impacta diretamente a precisão das informações registradas, uma vez que a coleta depende da aplicação rigorosa de definições e procedimentos previamente estabelecidos. Nesse sentido, o TR-40 não apenas orienta a atuação do recenseador, mas também atua como elemento estruturante da qualidade da informação produzida, assegurando confiabilidade, comparabilidade e validade estatística aos dados censitários.

Natureza Institucional do IBGE

O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) configura-se como o órgão central responsável pela produção, coordenação e disseminação das informações estatísticas, geográficas e ambientais no Brasil. Sua atuação institucional está

orientada à geração de dados oficiais que permitem a compreensão estruturada da realidade nacional, abrangendo dimensões territoriais, demográficas e socioeconômicas. Nesse sentido, o IBGE não apenas coleta informações, mas organiza e sistematiza o conhecimento sobre o país a partir de bases metodológicas padronizadas.

A produção dessas informações está fundamentada em procedimentos técnicos rigorosos, que asseguram a qualidade, a comparabilidade e a consistência dos dados ao longo do tempo e entre diferentes regiões. Essa padronização metodológica é essencial para que os resultados das pesquisas possam ser utilizados de forma confiável em análises estatísticas, permitindo a construção de séries históricas e o acompanhamento das transformações sociais e econômicas do país.

Do ponto de vista operacional, a atuação do IBGE se apoia em uma estrutura descentralizada, composta por unidades estaduais e uma ampla rede de agências de coleta distribuídas pelo território nacional. Essa capilaridade permite a realização de pesquisas de grande escala, como o Censo Demográfico, garantindo cobertura territorial abrangente e uniformidade na aplicação dos procedimentos, mesmo diante da diversidade geográfica e social existente no Brasil. Dessa forma, o IBGE desempenha um papel estruturante na consolidação de um sistema nacional de informações, no qual os dados produzidos servem como base para a formulação de políticas públicas, planejamento governamental e tomada de decisões no setor privado. Sua relevância institucional está diretamente associada à capacidade de transformar a coleta sistemática de dados em conhecimento organizado, contribuindo para uma leitura consistente e contínua da realidade brasileira.

Missão Institucional

A missão do IBGE é sintetizada na diretriz de “retratar o Brasil com informações necessárias ao conhecimento de sua realidade e ao exercício da cidadania”, o que evidencia o caráter estruturante da informação estatística no âmbito institucional. Essa formulação traduz a responsabilidade do Instituto em produzir dados oficiais que não apenas descrevem a realidade, mas a organizam de forma sistemática, permitindo sua interpretação, análise e utilização em diferentes contextos decisórios. Assim, a informação produzida assume papel ativo na construção do conhecimento sobre o país, ultrapassando a função meramente descritiva.

Essa missão está diretamente associada à necessidade de compreender a sociedade brasileira em suas múltiplas dimensões demográfica, econômica, social e territorial por meio de métodos padronizados e rigor técnico. Ao transformar dados dispersos em informações estruturadas, o IBGE possibilita a identificação de padrões, tendências e desigualdades, contribuindo para uma leitura qualificada das dinâmicas que caracterizam o desenvolvimento nacional. Dessa forma, o conhecimento gerado passa a constituir um instrumento essencial para análise e planejamento.

AMOSTRA

Além disso, ao assegurar a produção contínua e sistemática de informações confiáveis, o Instituto viabiliza a construção de uma base informacional sólida, acessível e comparável ao longo do tempo. Essa base sustenta tanto o acompanhamento das transformações estruturais do país quanto o exercício da cidadania, na medida em que amplia o acesso da sociedade a dados relevantes sobre sua própria realidade. Nesse contexto, a missão institucional do IBGE se concretiza na articulação entre produção de conhecimento, transparência informacional e suporte à tomada de decisão em diferentes níveis da sociedade.

Função Estratégica da Informação

As informações produzidas pelo IBGE possuem caráter estratégico e são utilizadas em diferentes esferas. No setor público, subsidiavam a formulação, implementação e avaliação de políticas públicas, permitindo maior precisão na definição de prioridades e na alocação de recursos. No setor privado, servem como base para análises de mercado, planejamento de investimentos e tomada de decisões empresariais. Além disso, essas informações contribuem para o acompanhamento de indicadores sociais e econômicos, fortalecendo mecanismos de transparência e ampliando o acesso ao conhecimento sobre a realidade nacional.

Dessa forma, o material técnico do Censo insere o leitor em uma estrutura mais ampla de produção de conhecimento estatístico, evidenciando que a coleta de dados realizada em campo integra um sistema organizado, cuja finalidade é transformar informações em instrumentos de análise e planejamento.

O CENSO DEMOGRÁFICO 2022: ESTRUTURA, FINALIDADE E REFERENCIAL TEMPORAL

O Censo Demográfico constitui a mais abrangente, complexa e estruturante operação estatística realizada pelo IBGE, caracterizando-se como uma pesquisa de natureza censitária cujo objetivo central é enumerar integralmente a população residente no país e levantar, de forma sistemática, padronizada e metodologicamente rigorosa, informações detalhadas sobre as características dos habitantes e de seus domicílios em todo o território nacional. Trata-se de um levantamento de cobertura universal que se distingue das pesquisas amostrais por não se basear em inferências probabilísticas, mas na observação direta da totalidade dos indivíduos e unidades habitacionais, assegurando elevada precisão estatística e detalhamento territorial das informações produzidas.

Essa abrangência confere ao Censo uma capacidade analítica singular, permitindo a construção de um retrato estruturado da realidade demográfica, social e econômica do país. Ao captar simultaneamente múltiplas dimensões da população como distribuição espacial, composição étnica, características dos domicílios e condições de vida, a operação censitária possibilita a identificação de padrões, tendências e desigualdades, constituindo uma base sólida para análises comparativas ao longo do tempo. Dessa forma, o Censo se consolida como a principal referência para o acompanhamento das transformações estruturais da sociedade brasileira.

Além de sua função descritiva, o Censo desempenha papel estratégico na produção de informações estruturais que subsidiavam o planejamento público e privado, uma vez que os dados coletados servem de base para a formulação de políticas públicas, a definição de prioridades governamentais e a tomada de

decisões em diferentes setores da economia. A padronização metodológica e a abrangência territorial da coleta garantem a comparabilidade dos dados entre regiões e períodos, permitindo análises consistentes e fundamentadas sobre a dinâmica populacional e suas implicações.

Nesse contexto, o Censo Demográfico 2022 articula sua estrutura operacional, sua finalidade estatística e seu referencial temporal definido pela data de referência de modo a assegurar que todas as informações coletadas representem, de forma coerente e integrada, a realidade existente em um ponto específico no tempo. Essa articulação entre abrangência, precisão metodológica e padronização temporal constitui o fundamento da confiabilidade dos dados censitários, reforçando sua importância como instrumento central para a compreensão e o planejamento da realidade nacional.

Periodicidade Decenal e Escala Operacional

A realização do Censo Demográfico ocorre em intervalos regulares de dez anos, configurando-se como um mecanismo estruturado de atualização das informações fundamentais sobre a população brasileira. Essa periodicidade decenal não apenas assegura a renovação dos dados estatísticos utilizados no planejamento nacional, como também viabiliza a construção de séries históricas consistentes, permitindo a análise comparativa das transformações demográficas, sociais e econômicas ao longo do tempo. Ao estabelecer ciclos definidos de coleta, o Censo garante a continuidade e a padronização das informações, elementos essenciais para o monitoramento das dinâmicas populacionais.

Do ponto de vista operacional, a execução do Censo caracteriza-se por sua elevada complexidade e magnitude, envolvendo uma mobilização nacional que abrange milhões de domicílios distribuídos por todos os municípios do país. Essa abrangência territorial exige uma estrutura organizacional altamente articulada, capaz de coordenar equipes em diferentes níveis hierárquicos e em contextos geográficos diversos. Além disso, a operação demanda a aplicação rigorosa de procedimentos padronizados, instrumentos tecnológicos específicos e protocolos técnicos bem definidos, de modo a assegurar a uniformidade da coleta e a confiabilidade dos dados obtidos.

A combinação entre periodicidade definida e escala operacional ampliada confere ao Censo um papel estratégico na produção de informações estruturais, pois permite captar, de forma sistemática e abrangente, as mudanças ocorridas na sociedade entre um ciclo e outro. Dessa forma, o levantamento censitário se consolida como referência fundamental para o conhecimento contínuo da realidade nacional, sustentando análises de longo prazo e orientando decisões em diferentes níveis de atuação.

Finalidade e Importância dos Dados

Os dados coletados pelo Censo Demográfico constituem a principal e mais abrangente base de informações sobre a realidade da população brasileira, configurando-se como referência fundamental para a análise estruturada das condições de vida, distribuição territorial e características socioeconômicas dos habitantes do país. Por sua natureza censitária, essas informações apresentam elevado grau de detalhamento e cobertura



GOSTOU DESSE MATERIAL?

Imagine o impacto da versão **COMPLETA** na sua preparação. É o passo que faltava para garantir aprovação e conquistar sua estabilidade. Ative já seu **DESCONTO ESPECIAL!**

EU QUERO SER APROVADO!

